

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DESEMBARGADOR(A) ELEITORAL**  
**RELATOR(A)**  
**EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA nº 0602322-23.2018.6.21.0000

**Procedência:** Porto Alegre/RS

**Exequente:** UNIÃO FEDERAL - 4ª Região

**Executado:** ELEICAO 2018 TIAGO FLORES PROCOPIO DEPUTADO FEDERAL

**Relator(a):** DES(A). VANDERLEI TERESINHA TREMEIA KUBIAK

**PARECER**

PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. ACORDO  
EXTRAJUDICIAL. PARCELAMENTO DO DÉBITO.  
REGULARIDADE. Parecer pela homologação do acordo.

Os autos veiculam prestação de contas de TIAGO FLORES PROCOPIO, relativas às eleições de 2018, as quais foram julgadas desaprovadas pela Justiça Eleitoral, em decisão que determinou ao prestador o recolhimento de valores ao Tesouro Nacional (ID 4376033), com trânsito em julgado (ID 4486783).

A União peticionou informando ter firmado acordo para o pagamento do débito eleitoral com a parte devedora, requerendo sua homologação (IDs 45438686 e seguintes).

Vieram os autos a esta Procuradoria Regional Eleitoral para análise e parecer quanto ao acordo noticiado.

Compulsando os autos, verifica-se que o acordo extrajudicial que acompanhou a petição da União, cujo teor contempla o débito principal atualizado, multa e honorários advocatícios, foi realizado sem mácula, tendo sido observados os preceitos normativos

atinentes à matéria, mais precisamente o disposto na Lei nº 9.469/97.

A União juntou demonstrativo de débito e cálculo de atualização do valor devido, onde ajustado o pagamento do débito principal atualizado (R\$ 7.527,00) em 10 prestações mensais e fixas (R\$ 752,70), bem como dos honorários advocatícios no valor de R\$ 671,00, a ser pago em 06 prestações iguais (R\$ 111,83).

Ressalta-se que o acordo de parcelamento não se confunde com a satisfação da dívida, resultando, dessa forma, somente na concessão de prazo maior para o cumprimento integral da obrigação. Logo, entende-se que deve ser deferido o requerimento de homologação do acordo de parcelamento, com a suspensão do processo até o adimplemento total do débito, nos termos do art. 922 do CPC/2015 ou, eventualmente, até a rescisão do acordo entabulado.

Destarte, a Procuradoria Regional Eleitoral, tendo em vista a regularidade do acordo pactuado, manifesta-se pela homologação da forma de adimplemento do débito público relativo ao presente processo, bem como pela suspensão do processo até a quitação integral da dívida, ou até eventual rescisão do acordo

Porto Alegre, 18 de abril de 2023

MARIA EMILIA CORREA DA COSTA  
PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL.

